

A ARQUITECTURA MILITAR PORTUGUESA NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES

MÁRIO JORGE BARROCA*

Prolongando-se entre 1128 e 1185, o governo de D. Afonso Henriques à frente dos destinos portugalenses atravessou uma boa parte do nosso século XII – quase seis décadas – e deixou nele uma marca profunda e indelével. Podemos mesmo dizer, sem grande receio de errar, que quando o monarca fechou os seus olhos, no dia 6 de Dezembro de 1185, o perfil militar do espaço que integrava o reino de Portugal – quer no que respeita à sua organização territorial, quer no que respeita à própria arquitectura militar – era profundamente distinto daquele que o jovem infante tinha encontrado quando tomou em mãos os destinos do condado, na tarde de 24 de Junho de 1128. É esse percurso que tentaremos descrever nas páginas que se seguem.

Como já insistimos em vários trabalhos nossos, a evolução da arquitectura militar medieval só se torna verdadeiramente inteligível quando enquadrada e cotejada com a evolução da organização territorial. Por isso, o nosso texto será estruturado em duas partes, consagradas a cada um desses aspectos, onde procuraremos caracterizar aquelas que entendemos serem as grandes linhas de força.

1. A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Desde as primeiras presúrias em terras portugalenses, ocorridas sob o *albende* de Afonso III das Astúrias na década que medeia entre 868 e 878, o território incorporado na monarquia cristã do Norte foi militarmente estruturado em grandes unidades espaciais designadas na documentação da época por expressões

* Professor Catedrático da FLUP. Investigador do CITCEM.

como *territoria* ou *civitates*¹. As fontes documentais, relativamente escassas para estes tempos mais recuados, são infelizmente omissas sobre muitos aspectos destas circunscrições territoriais, a começar pelo momento e pela forma como elas foram instituídas. Na maior parte dos casos não conhecemos o ano exacto da sua criação, mas apenas um momento a partir do qual podemos assegurar que já existiam. Não sabemos, igualmente, se elas foram fruto de uma decisão do monarca, se resultaram da iniciativa dos nobres que protagonizaram as presúrias em seu nome ou se a sua criação se ficou a dever à iniciativa de qualquer outra entidade ou individualidade. O mesmo se passa com muitos outros aspectos: não sabemos como se estruturava a administração destes espaços, a quem estava confiada, que obrigações recaíam sobre as populações do seu território, qual o tipo efectivo de organização militar que foi implementado (mormente os sistemas de vigilância e de recrutamento), como se exercia o comando e se coordenava a actividade militar, que capacidade de resposta tinham perante ameaças internas ou externas, etc. As nossas dúvidas são, portanto, substancialmente maiores do que as certezas e apenas podem ser parcialmente supridas pela comparação com a organização implementada noutras zonas da monarquia asturiana, nomeadamente na área da Galiza e de León, onde realidades aparentemente não muito distintas assumiram outras designações².

Apesar de não possuímos diplomas desta época para muitas zonas do nosso território – e de, portanto, podermos colocar a hipótese académica da existência de alguma *civitas* que tenha passado silenciada e despercebida na documentação escrita – a criação das *civitates* não parece ter abrangido a totalidade do espaço presuriado. Pelo contrário, parece ter apenas incidido nas zonas consideradas estrategicamente mais sensíveis e mais vulneráveis. Isto significa que amplas áreas do território incorporado na monarquia asturiana não chegaram a conhecer este tipo de organização. Aparentemente toda a zona de Trás-os-Montes (com excepção da zona de Chaves), todo o Alto Minho (a norte do rio Lima) e até mesmo uma boa parte das férteis planícies do Minho não foram abrangidas pela criação destes espaços. O mesmo aconteceu com vastas zonas da Beira interior. E, pelo contrário, detectamos duas grandes concentrações – uma na zona terminal do vale do Douro, outra a Norte de Coimbra e do vale do Mondego. Trata-se, nos dois casos, de áreas relativamente próximas da linha de costa e, portanto, mais expostas a eventuais razias vindas por via marítima.

¹ Cf., entre outros estudos nossos, BARROCA, 1990-1991: 89-136; —, 2003: 69-77; —, 2004: 181-203.

² Vd., entre outros, LOPEZ ALSINA, 1988: 220-227; ESTEPA DIEZ, 1978: 257-273; SANCHEZ ALBORNOZ, 1976: 443-474.

As *civitates* podem ser definidas como amplos espaços comandados a partir de um lugar central, que recebia trabalhos de fortificação. Para além das três grandes presúrias asturianas (Porto, Chaves e Coimbra), que devem ter dado origem a outras tantas *civitates*, o mais antigo território que conhecemos é o de Anégia.

A *Civitas Anegia* é um exemplo de invulgar importância. Encontra-se documentada desde 875 e já é referida na *Crónica Rotense*³. O seu espaço abrangia mais de 180 km² repartidos pelas duas margens do Douro: a Norte deste rio estendia-se desde o vale do Sousa até ao Ovil (Baião), a sul ia desde o Arda até ao Bestança. A “sede militar” deste território estava localizada no Alto da Cividade, em Eja (freg. de Entre-os-Rios, conc. Penafiel), junto da confluência dos rios Tâmega e Douro, um pequeno esporão rochoso sobranceiro a um povoado castrejo ocupado desde a Idade do Ferro até, pelo menos, aos séculos V-VI⁴. A memória deste lugar está testemunhada na invocação da pequena capela que ocupa a zona central da plataforma, e que é conhecida como a Capela da Senhora da Cividade⁵.

No interior de cada *civitas* podiam coexistir vários castelos rurais ou locais, estruturas de reduzidas dimensões e de características muito rudimentares, erguidas pelas populações para sua defesa. No caso de Anégia estão documentados, por via escrita, cerca de duas dezenas de pequenos castelos rurais. Trata-se de castelos muito incipientes, quase sem arquitectura, que aproveitavam os afloramentos rochosos para a sua defesa, colmatando os espaços com pequenos troços de muralha de pedra ensossa, sem argamassa e sem silhares talhados. Estas estruturas, erguidas sem recurso a arquitectos, ignoravam quase todos os elementos que haveriam de caracterizar a futura arquitectura castelar (torreões, portas devidamente estruturadas, muralhas coroadas por parapeitos, ameias, seteiras, cisternas, etc.). Contrastando com estes castelos rurais ou locais, as sedes destes territórios eram estruturas aparentemente mais requintadas. No caso de Anégia é difícil perceber isso, dado o estado de ruína em que a *Civitas* chegou até aos nossos dias, profundamente alterada por obras modernas. Mas outros exemplos, como Santa Maria (Feira), Lanhoso ou Trancoso, documentam arquitecturas mais evoluídas e plantas certamente concebidas por arquitectos.

Este modelo de organização territorial, que podemos apelidar de «condal», sobreviveu durante dois séculos e meio e correspondeu ao nosso «Primeiro Encas-

³ Respectivamente *Portugaliae Monumenta Historica, Diploma et Chartae* 8. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856 (Doravante, esta obra será designada por *PMH, DC*), e FERNANDEZ *et al.*, 1985: 206.

⁴ Sobre Anégia veja-se, entre outros, AZEVEDO, 1898: 208-215; ALMEIDA & LOPES, 1981-1982: 131-139; LIMA, 1993; — 1999: 399-413; SANTOS, 2005: 12-25; BARROCA, 2004: 181-203.

⁵ Significativamente, no caso do Porto, o morro sobranceiro ao da Pena Ventosa era conhecido, ainda nos meados do Século XX, como “Alto da Cividade”, certamente a memória de ali se ter instalado o comando militar do seu território.

telamento», altura em que o número destes pequenos castelos, locais ou rurais, se multiplicou extraordinariamente, elevando-se no total a várias centenas. Mas a partir dos finais do século X o modelo condal começou a revelar-se pouco eficaz. Os amplos espaços das *civitates* tornaram-se cada vez mais difíceis de administrar de uma forma eficiente. As devastadoras campanhas militares que al-Mansur conduziu contra o Noroeste Peninsular nas duas últimas décadas do século X – contra Viseu e Trancoso, em 981; contra Conimbriga/Condeixa-a-Velha e Coimbra, em 986; de novo contra Coimbra, e por duas vezes, em 987, culminando a última na conquista da cidade; contra Montemor-o-Velho e Viseu em 990; contra Aguiar de Sousa, em 995; contra Lamego e Santiago de Compostela, em 997; e, finalmente, de novo contra Montemor-o-Velho, em 1000⁶ –, colocaram em evidência as fragilidades da organização militar cristã. O Condado de Coimbra foi extinto em 987 e a fronteira recuou de novo até ao vale do Douro. A sul deste rio, as forças cristãs apenas conseguiram manter a *Civitas* de Santa Maria, perdendo todo o território que ia, a Leste, até ao vale do Côa e, a Sul, até ao vale do Mondego. Compreende-se, por isso, que quando as forças cristãs voltaram a ter capacidade ofensiva, no reinado de Fernando Magno, a organização territorial tenha sido modificada.

Com efeito, na sequência da «Campanha das Beiras», que segundo os registos analíticos cristãos se prolongou por oito anos (entre 1057 e 1064)⁷ e que culminou com a conquista definitiva de Coimbra, o espaço hoje português conheceu uma nova organização territorial, baseada nas *Terras*. É certo que os primeiros sintomas do aparecimento destas novas circunscrições são anteriores às campanhas militares de Fernando Magno. As referências mais remotas são relativas aos territórios de Lafões e *Labrense*, documentados desde 1030 e 1033⁸. Se para o caso de Lafões se pode colocar a hipótese de ainda se tratar de uma referência de «tipo condal», no segundo caso parece não haver dúvidas de que se tratava de um pequeno território, com uma história relativamente obscura. Com efeito, este território, que se localizava na zona de Lavra, na confluência dos concelhos de Matosinhos e de Vila do Conde, junto da orla costeira, teve uma existência efêmera⁹. Mas, depois destas duas referências na década de 1030, voltamos a encontrar mais três menções

⁶ O melhor relato sobre as campanhas de al-Mansur encontra-se em MOLINA, 1983: 196-205.

⁷ *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores.*, p. 2 e 4 (*Chronicon Conimbricense*), p. 9 (*Chronica Gothorum*), p. 18 (*Chronicon Alcobacense*) e p. 19 (*Chronicon Lamecense*).

⁸ Respectivamente *PMH, DC 268* e *PMH, DC 281*.

⁹ A Lavra não deixa de ser, do ponto de vista arqueológico, uma zona extremamente interessante e promissora, com testemunhos seguros de uma intensa ocupação romana e tardo-romana (compreendendo uma *villa*, representada por fustes de coluna e fragmentos de mosaicos, e uma estrutura industrial de salga de peixe, representada por diversos tanques), e uma ocupação altomedieval (eventual localização da *ceca* visigótica de *Labrentio*, vestígios funerários coevos dos séculos IX e X, etc). A própria matriz de povoamento ainda revela, em algumas zonas, sintomas de arcaísmo.

a *Terras* na década seguinte (1041-1050) e, a partir de então, o número total de referências a *Terras* não cessou de aumentar. Não podemos, por isso, afirmar que o aparecimento das *Terras* foi uma consequência directa da «Campanha das Beiras», uma vez que é um fenómeno comprovadamente anterior. Mas, conforme se pode verificar pela análise do Quadro I – onde registamos a evolução do número de *Terras* mencionadas na documentação medieval publicada, contabilizando-as por décadas –, as campanhas militares de Fernando Magno, que se iniciam com as conquistas de Lamego, S. Martinho de Mouros e Viseu (1057-1058) e culminam na conquista definitiva de Coimbra (1064), marcaram uma clara viragem na organização territorial. Foi a partir de então que o número total de *Terras* se multiplicou de forma mais significativa. Isso revela que a reorganização territorial que Fernando Magno e, depois dele, Afonso VI empreenderam nesta faixa ocidental da Península não se apoiou mais nas amplas unidades territoriais de tipo condal, restaurando-as, mas que preferiu optar por espaços substancialmente mais pequenos e, portanto, mais fáceis de administrar e mais eficientes. Esta opção, apesar de já se detectar nos derradeiros anos do reinado de Fernando Magno, seria sobretudo obra do seu filho. Com efeito, a morte haveria de surpreender o monarca em 1065, pelo que foi Afonso VI o principal implementador deste novo modelo organizacional.

Quadro I. Referência a *Terras* nos documentos medievais

	<i>Novas Terras</i>	Totais
1030-1040	2	2
1041-1050	3	5
1051-1060	4	9
1061-1070	10	19
1071-1080	7	26
1081-1090	12	38
1091-1100	8	46
1101-1110	9	55
1111-1120	2	57
1121-1130	3	60
1131-1140	4	64
1141-1150	5	69
1151-1160	5	74
1161-1170	2	76
1171-1180	3	79
1181-1190	4	83
1191-1200	3	86

A nossa ideia sai reforçada se dissermos que até ao início das campanhas de Fernando Magno (1057) se conhecem apenas referências a sete *Terras* distintas. Que, quando se funda o Condado Portucalense, em 1095-96, o seu número já ascendia a mais de quatro dezenas. E que, quando Afonso Henriques ascende ao poder, em 1128, o número total de *Terras* se aproximava já das seis dezenas (cf. Quadro II). Os números não iludem: a partir da viragem dos meados do século XI, o modelo das *Civitates* cedeu lugar ao modelo das *Terras*. E com ele a paisagem do Norte e Centro de Portugal começou a modificar-se de forma paulatina mas irreversível.

Quadro II. Relação entre a História Política e as novas referências a *Terras*

	Novas Ref ^{as} .	Totais
Antes de 1057	7 <i>Terras</i>	7 <i>Terras</i>
Desde as Campanhas de Fernando Magno (1057-58 / 1064) até ao 2º Condado Portucalense (1095-96)	34 <i>Terras</i>	41 <i>Terras</i>
Durante o 2º Condado Portucalense (1095-96 / 1128)	18 <i>Terras</i>	59 <i>Terras</i>
Durante o reinado de D. Afonso Henriques (1128-1185)	22 <i>Terras</i>	81 <i>Terras</i>

O exemplo de Anégia, tantas vezes convocado, é, uma vez mais, elucidativo e ajuda-nos a compreender o processo. O seu amplo território, criado por volta de 875, pouco depois da presúria do Porto (868) e coevo do processo de reorganização asturiana do vale do Douro, começou a fragmentar-se a partir de 1059, dando origem a várias *Terras*. A primeira a surgir foi a *Terra* de Penafiel de Canas ou de Sousa, que se documenta precisamente desde 1059. Três anos depois, em 1062, encontramos referências às *Terras* de Aguiar de Sousa e de Paiva. E nos anos seguintes surgem as restantes *Terras* (Quadro III).

Quadro III. Fragmentação da *Civitas Anegia* e aparecimento das *Terras*

<i>Terra</i>	Ano	Fonte
<i>Terra</i> de Penafiel de Canas ou de Sousa	1059	PMH, DC 420
<i>Terra</i> de Aguiar de Sousa	1062	PMH, DC 433
<i>Terra</i> de Paiva	1062	PMH, DC 433
<i>Terra</i> de Fornos	1064	PMH, DC 438
<i>Terra</i> de Benviver	1066	PMH, DC 451
<i>Terra</i> de Baião	1066	PMH, DC 451
<i>Terra</i> de S. Salvador e Tendais	1070	PMH, DC 491
<i>Terra</i> de Sanfins	1083	PMH, DC 613

O processo não foi, no entanto, tão linear quanto se podia pensar. O simples aparecimento de referências às *Terras* não impediu que, durante várias décadas, os diplomas continuassem a referir Anégia quando pretendiam localizar as propriedades destas zonas. Estas menções, que entram pelo século XII dentro, espelham resistências locais ao processo de afirmação senhorial? Ou serão simples sobrevivências de velhos e enraizados hábitos diplomáticos, que os *scriptoria* monásticos insistiram em manter? A resposta não é fácil, mas talvez se situe entre estes dois parâmetros.

Numa fase inicial, o aparecimento das *Terras* não veio alterar de forma muito significativa a paisagem castelar portuguesa. À semelhança das velhas *civitates*, elas continuaram a tolerar a presença de vários pequenos castelos rurais ou locais no interior do seu espaço. Com efeito, até aos anos 20 ou 30 do século XII – ou seja, até ao início do governo de D. Afonso Henriques – continuamos a encontrar referências documentais a vários castelos dentro de cada *terra*. A nobreza que detinha a tenência destes novos territórios parece ter lutado com alguma dificuldade em impor a sua autoridade...

Analisemos alguns casos, tomando como amostragem as *terras* que se formaram na margem Norte do rio Douro (*Terras* de Penafiel de Canas, de Benviver e de Baião) (Quadros IV, V e VI)¹⁰.

O panorama que se desenha para a *Terra* de Penafiel de Canas ou de Sousa é muito interessante. Como se sabe, os pequenos castelos rurais surgem referidos na documentação da época, auxiliando na localização geográfica e administrativa das propriedades, sendo referidos por diversas designações: *mons*, *alpe*, *castro*... Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida demonstrou em 1978, as menções a montes ou alpes não são referências de tipo meramente topográfico, mas indicam uma dependência de tipo militar. Ou seja, indicam a presença dessas pequenas fortificações que se multiplicaram com o *Primeiro Encastelamento*¹¹. O levantamento documental respeitante à *Terra* de Penafiel de Canas ou de Sousa revela-nos um número inusitado dessas referências: ao todo, 22 topónimos distintos (aos quais

¹⁰ Para a elaboração destes quadros, e para além do nosso ficheiro pessoal, utilizámos os estudos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA, 1978); António Manuel Carvalho Lima (LIMA, 1993) e Maria José Ferreira dos Santos (SANTOS, 2005).

¹¹ Alguns autores, no entanto, continuam a inclinar-se para a interpretação destas referências como meros indicadores topográficos. Vd., por exemplo, os argumentos aduzidos recentemente por André Evangelista Oliveira Marques (MARQUES, 2008: 148-151). Parece-nos, no entanto, que a interpretação de Carlos Alberto Ferreira de Almeida continua pertinente. Não só temos indiscutíveis estruturas militares que são designadas na documentação como “mons”/“alpe”/“castro”, como, em alguns casos, as relações de dependência topográfica são impossíveis, dada a distância entre o monte e a propriedade referida, e a existência de outras elevações de permeio. Se a intensão do escriba fosse referir o relevo mais elevado/próximo, a opção teria de ser outra.

se acrescenta a referência a Anégia). Este elevado número suscita várias dúvidas. Estaremos, realmente, perante referências a castelos rurais, ou nalguns casos poderemos pensar em meras referências topográficas? É provável que, para as referências documentais do 2º quartel do século XII ou da 2ª metade dessa centúria, seja essa a situação. Mas para épocas mais recuadas mantemos muitas dúvidas. O facto de não se detectar grande diferença ao nível dos formulários, que permitissem distinguir “referências topográficas” de “dependências militares”, leva-nos a não acreditar muito nessa possibilidade. Estaremos, em alternativa, perante estruturas que podiam ter mais do que uma designação? Talvez... Com efeito, a presença de quatro referências distintas na freguesia de Luzim, e de outras tantas na freguesia de Vila Cova, pode sugerir que a mesma estrutura militar pudesse ser conhecida por diferentes nomes. Ainda hoje em dia isso acontece com alguns montes, que as populações de diferentes vales conhecem por nomes distintos, e com pequenos cursos de água, que adquirem diferentes designações à medida que vão passando pelas terras. Isso permitiria reduzir o número de estruturas e, sobretudo, contornar o problema de ter várias referências dentro da mesma freguesia, em espaços relativamente exíguos. Mas, independentemente disto, não podemos deixar de sublinhar que a zona compreendida entre o Sousa e o Tâmega revela uma elevada densidade de testemunhos. Essa densidade reflecte, obviamente, a intensa ocupação humana desse interflúvio, que se espelha em vários outros testemunhos arqueológicos. Mas também reflecte o facto de estarmos perante uma área que possui muita e boa documentação, fruto do labor dos *scriptoria* monásticos de Cête, Paço de Sousa e Pendorada. Neste sentido, temos de ter consciência que estamos a lidar com uma zona privilegiada do ponto de vista do registo escrito e que a imagem que se pode colher apresenta, forçosamente, grandes distorções em relação a zonas onde não existiam *scriptoria* monásticos.

Quadro IV. Castelos Rurais da Terra de Penafiel de Canas ou de Sousa

Castelo	Últ. Ref. ^a	Fonte
Castro Azarias (Croca)	1059	PMH, DC 420
Mons Alvugates (Oldrões)	1087	PMH, DC 689
Mons Mensa (Luzim)	1092	PMH, DC 781
Mons Kavallo (Luzim)	1098	PMH, DC 882
Monte Petrosello (Peroselo)	1102	DMP, DP(3) 89
Monte Batial (Vila Cova)	1107	DMP, DP(3) 257
Mons Macaneira (Luzim)	1109	DMP, DP(3) 320
Monte Lebor (Luzim)	1112	DMP, DP(3) 393

<i>Mons Salgueirus</i> (Coreixas)	1112	DMP, DP(3) 401
<i>Mons Guilarins</i> (Marecos)	1113	DMP, DP(3) 452
<i>Monte Pena Redonda</i>	1116	DMP, DP(4) 16
<i>Mons Ordines</i> (Lagares)	1117	DMP, DP(4) 37
<i>Castro Aboiefa</i> (Galegos)	1117	DMP, DP(4) 59
<i>Monte Sinagoga</i> (Galegos)	1117	LTPS 77
<i>Mons Asperonis</i> (Vila Cova)	1119	DMP, DP(4) 100
<i>Mons Petra Ficta</i> (Vila Cova)	1121	DMP, DP(4) 175
<i>Monte Clauso</i> (Rio Moinhos)	1121	DMP, DP(4) 204
<i>Castro Anegie</i> (Eja)	1123	DMP, DP(4) 381
<i>Mons Cabreira</i> (Rans)	1123	DMP, DP(4) 384
<i>Mons Grande</i>	1124	LTPS 116
<i>Mons Castro Mandino</i> (Penafiel)	1141	MHCC 1988, 79
<i>Mons Nabales</i> (Canelas)	1146	LTPS 117
<i>Mons Monachino</i> (Vila Cova)	1158	LTPS 25

O Castelo de Penafiel, que presidiu aos destinos militares da *Terra* de Penafiel de Canas ou de Sousa e que se implantava no Alto do Castelo (freg. de Oldrões), encontra-se documentado desde 1059¹² – ou seja, desde as primeiras referências à *Terra de Penna Fidelis*. No entanto, durante setenta anos conviveu com a presença de outras estruturas militares erguidas dentro do espaço da sua *terra*. Aparentemente, só conseguiu “dominar” essas estruturas locais no segundo quartel do século XII.

O panorama que se desenha para as *Terras* de Benviver e de Baião não é muito distinto. É certo que o número de referências documentais a estes pequenos castelos rurais ou locais é bastante menor, mas o processo de domínio do castelo cabeça-de-Terra parece também só ter ocorrido no segundo quartel do século XII. No caso de Benviver, o Castelo de Monte Aradro, que presidiu a esta *terra*, está documentado desde 982¹³. O Quadro V revela-nos que nas primeiras décadas de existência desta *terra* o seu castelo conviveu com seis outras pequenas estruturas, e que o processo de controlo senhorial só se terá desenhado no segundo quartel da centúria de 1100.

¹² PMH, DC 420.

¹³ PMH, DC 134.

Quadro V. Castelos Rurais da Terra de Benviver

Castelo	Últ. Ref ^a .	Fonte
<i>Castro Boi</i> (Manhuncelos)	1085	PMH, DC 644
<i>Mons Genestazolo</i> (Paços de Gaiolo)	1087	PMH, DC 688
<i>Castro Catedral</i> (Várzea do Douro)	1108	DMP, DP (III) 284
<i>Mons Lagonelas</i> (Rozem)	1121	DMP, DP (IV) 169
<i>Mons Eiras</i> (Montedeiras, Penha Longa)	1123	DMP, DP (IV) 373
<i>Monte Laurenti</i> (Torrão)	1123	DMP, DP (IV) 381

Em relação à *Terra* de Baião, que se formou na fronteira Leste do território da *Civitas Anegia*, o panorama é um pouco distinto (Quadro VI). A zona, com um povoamento bastante mais rarefeito, revela um decréscimo acentuado do número de estruturas roqueiras. Apenas se conhecem três, e uma delas sem ser por via documental. Estes dados parecem revelar que a zona a Leste da Aboboreira e do Marão terá sido menos tocada pelo fenómeno do Encastelamento. E, talvez por isso, o castelo de Baião, o *Mons Baian*, localizado em Castelo de Matos (freg. Ovil, conc. Baião) e documentado desde pelo menos 1103¹⁴, parece ter conseguido impor-se num momento um pouco mais precoce. Devemos, de qualquer forma, ponderar o acentuado decréscimo de documentação disponível, fruto de uma menor presença monástica.

Quadro VI. Castelos Rurais da Terra de Baião

Castelo	Últ. Ref ^a .	Fonte
<i>Penna Alba</i> (Penalva, Ancede)	1070	PMH, DC 491
<i>Mons Toeraze</i> (Toaraz, Ancede)	1112(?)	DMP, DR 32
Alto do Castelo (Frende)	–	–

Em suma, se o aparecimento e a difusão das *terras* é um fenómeno cujas raízes mergulham na segunda metade do século XI, o triunfo deste modelo senhorial, com a imposição de uma única fortificação dentro de cada *terra*, parece ter sido um acontecimento já do reinado de D. Afonso Henriques. O gráfico apresentado por André Oliveira Marques sobre a «Evolução dos principais elementos de integração físicos dos casais de Entre-Douro-e-Lima (906-1200)» é, neste aspecto, muito significativo, demonstrando como as referências documentais a montes/alpes/castros atingem um auge na segunda metade do século XI e na primeira metade da centúria

¹⁴ *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares* (3) 113. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940 (Doravante, esta obra será designada por *DMP, DP*)

seguinte, entrando em franca retracção a partir de 1150 (quando, se acompanhasssem o aumento gradual da documentação escrita preservada, o natural seria que continuassem a acentuar a curva ascendente)¹⁵. De resto, a afirmação deste novo modelo de administração territorial, com a imposição do *castelo-cabeça-de-Terra*, corresponde, igualmente, ao momento em que se regista um aumento significativo do número de referências nominais a tenentes nas subscrições dos nossos documentos. Com efeito, as referências que temos arroladas na nossa base de dados de tenentes relativas ao período compreendido entre 1040 e 1128 apontam para um índice de 1,25 referências/ano, enquanto ao longo do reinado de D. Afonso Henriques, entre 1128 e 1185, esse índice se eleva para mais do dobro, atingindo as 2,96 referências/ano.

Como se sabe, o governo de uma *terra* era confiado, pelo monarca, a um *tenens*, um nobre que, por regra, era um rico-homem. O tenente recebia o território e o castelo das mãos do monarca, numa delegação de poderes que era temporária e revogável. Por isso, muitas vezes os documentos, ao nomearem os tenentes, referem expressamente “que então tinha a terra”: «... Didacum Gundisalvi qui tunc tenebat terra de Alahoens...»¹⁶; «... Domno Menendo Moniz qui tunc tenebat Pennafidelis...»¹⁷. Nalguns casos, infelizmente raros, o mesmo documento revela a passagem de vários tenentes pelo governo de um castelo. É o caso do Castelo de Santa Eulália, junto a Montemor-o-Velho, para o qual conhecemos uma sequência de cinco tenentes: «... et dominium castelli Sancte Eolalie quando eum tenuit domnus Pelagius et post eum domnus Fernandus Petri et post ipsum domnus Rodericus Moniz post eum quoque comes domnus Rodericus et post eos omnes domnus Gomez Pelagii ...»¹⁸.

Como Hilda Grassotti, entre outros autores, sublinhou, «la tenencia temporal de una tierra o de un castillo obligaba el miles que la recibía a prestar homenaje y a convertirse por tanto en vasallo del rey o del magnate que le cedía el gobierno del castillo o de la tierra»¹⁹. A entrega de uma *Terra* e do seu castelo a um nobre era realizada numa cerimónia envolvendo a gestualidade característica dos juramentos de fidelidade, nomeadamente com o nobre a colocar as suas mãos entre as

¹⁵ MARQUES, 2008: 155. Este é mais um argumento que indica que essas referências não são de dependência topográfica, mas sim de integração militar.

¹⁶ *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios* 95, de 1128 (Doravante, esta obra será designada por *DMP, DR*). O tenente era, portanto, D. Diogo Gonçalves de Marnel.

¹⁷ *Livro de Testamentos de Paço de Sousa* 159, de 1139 (Doravante, esta obra será designada por *LTPS*). O tenente de Penafiel de Canas era D. Mem Moniz de Riba Douro.

¹⁸ Livro de Santa Cruz de Coimbra 223, de [1166-1185] (Doravante, esta obra será designada por *LS*). Os tenentes de Santa Eulália tinham sido D. Paio Guterres da Silva, D. Fernando Peres Cativo, D. Rodrigo Moniz, o Conde D. Rodrigo e D. Gomes Pais.

¹⁹ GRASSOTTI, 1969: 119.

mãos do monarca ou a beijar as mãos do monarca. É por isso que, muitas vezes, os documentos dizem que o nobre recebera o castelo das mãos do Conde ou do Rei: «... in presentia Egas Gonsendiz qui erat dominator et princeps terre illius et tenebat Terra de Sancto Salvatore et de Tendales ... de mano de illo comite domno Enrico...»²⁰. Tratava-se de uma cerimónia de tipo feudal, com uma fortíssima carga simbólica: a homenagem (*homagium* ou *hominium*) referida explicitamente entre nós desde 1188²¹, mas certamente de origem mais remota. Esta cerimónia de fazer *homagium* ou *menagem* ao monarca é referida em vários documentos do século XII passando, a partir de meados do século XIII, com o processo de reforço da autoridade régia encetado por Afonso III, a ser mencionada com uma maior insistência e de forma particularmente explícita: «... et ego [Afonso III] debeo mittere pretorem qui faciat mihi menagium de ipso meo castello...»²²; «... qui tenet ipsum castellum et faciat pro eo omagium...»²³; «... quando os ricos homens ou outros cavaleiros recebem castelos delRey pera tee-los e guarda-los por ssas soldadas, fazen-lhis menagem ...»²⁴.

Não sabemos quanto tempo podia durar uma tenência. Alguns documentos do tempo de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I referem o serviço militar por três anos, o que pode sugerir que um mandato teria, em princípio, uma duração mínima de três anos. Claro está que, no caso de perder a confiança no nobre ou de entender que tinha havido crime de traição, o monarca podia revogar a sua decisão. Mas no caso de o nobre servir fielmente o monarca, o mandato podia prolongar-se por muitos anos. Conhecemos casos de nobres que mantiveram a tenência de um território durante quase duas décadas. E há territórios que se conservaram durante várias gerações nas mãos de elementos das mesmas linhagens, revelando que, apesar de a tenência não ser um cargo hereditário, se o serviço ao monarca fosse satisfatório, podia passar de pais para filhos²⁵.

A instituição do sistema das *terras* e, algumas décadas depois, a cristalização do modelo senhorial de «uma *terra*, um castelo» teve enormes repercussões na arquitectura militar portuguesa. Com efeito, quando a nobreza terra-tenente conseguiu impor a sua autoridade, reduzindo o aparato militar de uma *terra* a um único castelo, ela estava a abrir as portas à reforma da arquitectura militar. Largas dezenas de pequenos castelos locais ou rurais, que a evolução da poliorcética tornara estruturas obsoletas, foram abandonados. Como já escrevemos

²⁰ DMP, DP III, 335, de 1109. O tenente da Terra de S. Salvador e Tendais era D. Egas Gosendes de Baião.

²¹ MATTOSO, 1987: 154; -, 1989: 298; -, 1995: 139-141.

²² *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, p. 685, de 1258.

²³ Documento do ano de 1282.

²⁴ *Livro das Leis e Posturas*, p. 350, de 1289.

²⁵ *Vd. os levantamentos apresentados por Leontina Ventura (VENTURA, 1992: 997 e ss.)*.

noutro lugar, a reforma românica dos nossos castelos apenas foi possível porque o número de fortificações se reduziu drasticamente. Ficamos com *menos* castelos mas isso permitiu ter *melhores* castelos. Por isso, compreender a forma como a sociedade organizou o seu espaço, compreender a passagem do velho sistema condal das *civitates* para o novo sistema senhorial das *terras* é, como referimos no início deste texto, fundamental para se compreender a reforma da arquitectura militar portuguesa encetada ao longo do século XII e para se compreender a nova distribuição geográfica das fortificações.

2. A ARQUITECTURA MILITAR

Quando D. Afonso Henriques assumiu os destinos do Condado Portucalense o território contava com um número significativo de castelos, distribuídos de forma muito irregular, numa rede que se adensava em certas zonas e se rarefazia noutras. Eram, para além disso, estruturas com valor muito diverso. Havia castelos relativamente sofisticados (os castelos de origem condal) e, paralelamente, estruturas muito rudimentares (os castelos locais ou rurais).

A esmagadora maioria dos castelos pertencia ao grupo dos “castelos rurais”, ignorando quase todas as soluções arquitectónicas que nos habituamos a associar a um “castelo”. Como já acima referimos, eram estruturas muito rudimentares, erguidas no cimo de montes para tirar todo o proveito da topografia do local, escolhendo altos pedregosos para, entre afloramentos, apoiar as suas muralhas. Estas eram erguidas com pedra seca, não aparelhada e sem argamassa, e desconheciam parapeitos, ameias ou outros mecanismos defensivos. Eram, no fundo, simples barreiras físicas que, perante a reduzida capacidade ofensiva das forças atacantes, conseguiam alcançar os seus objectivos. Não recorriam a torreões nem a outras soluções construtivas que, mais tarde, se tornaram de tal maneira usuais na arquitectura militar que moldaram o nosso conceito do que é um “castelo”. Estes castelos, que se multiplicaram extraordinariamente pela paisagem do noroeste de Portugal ao longo do século XI, foram, com grande probabilidade, erguidos pelas populações de vários vales confinantes, que se uniram para, em esforço comunitário, garantir a sua segurança. Mas eram estruturas de tal maneira incipientes que a evolução da poliorcética em breve haveria de condenar ao abandono. Poderíamos invocar múltiplos exemplos para este tipo de estruturas militares. Um deles, por sinal um dos mais bem documentados, é Castro Boi (União das Freg. de Fornelo e Vairão, conc. de Vila do Conde), abundantemente citado nos diplomas medievais saídos do *scriptorium* do Mosteiro de São Salvador de Vairão por ser a estrutura castelar que defendia esta instituição religiosa e organizava a

sua área territorial²⁶. O castelo de Castro Boi encontra-se documentado desde 907²⁷ e até 1143²⁸. A sua área de influência estendia-se, na Idade Média, entre o rio Ave e a ribeira de Donda, abrangendo ainda algumas povoações a sul deste curso de água. A estrutura militar implantava-se no Monte de Santo António, no lugar de Crasto, a meio caminho entre Vairão e Fajozes, uma elevação com cota de 120 metros coroada por uma capela dedicada a Santo Ovídio. Esta capela, de construção recente, oitocentista, veio substituir outra mais remota, já referida nas Memórias Paroquiais de 1758, então dedicada a Santo António do Monte mas em cujo altar já se venerava também uma imagem de Santo Ovídio. Por isso, em 1758 o local era distinguido por duas romarias: a 13 de Junho (festa de Santo António) e no quarto domingo de Agosto (festa dedicada a Santo Ovídio)²⁹. Este monte, bem destacado na paisagem e com desníveis pronunciados na vertente ocidental, goza de um amplíssimo domínio, controlando visualmente uma extensa linha de costa e um território muito vasto e significativo. Não se estranha, por isso, que aqui tenha estado implantado um povoado proto-histórico, documentado pelo aparecimento de cerâmicas antigas. Para receber a pequena estrutura militar medieval o morro sofreu trabalhos de desaterro que acentuaram as diferenças de cota entre uma plataforma superior, com uma área relativamente limitada, e o espaço envolvente. Ainda hoje, e apesar de transformações hodiernas, esses trabalhos são claramente perceptíveis. A plataforma superior, de configuração arredondada, era delimitada por uma linha de muralha, cuja presença se consegue depreender nalgumas zonas, mas da qual restam poucos vestígios visíveis à superfície. A estrutura fortificada de Castro Boi não recebeu, aparentemente, qualquer torreão e, muito menos, torre de menagem, um organismo desconhecido da arquitectura militar portuguesa até ao terceiro quartel do século XII. Apesar da notoriedade regional que acabou por ganhar, fruto da sua relação com a instituição monástica, Castro Boi continua a ser um bom exemplo para estes “castelos rurais” e para a modéstia das suas soluções construtivas.

A arquitectura mais sofisticada estava, naturalmente, associada às estruturas que chamamos “condais”. É aqui, neste grupo mais selecto, que iremos encontrar as construções mais eruditas, que espelham inclusive contactos com formas arquitectónicas meridionais. São vários os castelos identificados que se podem incluir neste grupo, a começar pela torre moçárabe de Trancoso³⁰. Para o nosso propósito

²⁶ Conhecemos 61 referências documentais distintas para este castelo.

²⁷ *PMH*, DC 14.

²⁸ *DMP*, DR 198. Depois deste ano conhecemos ainda uma referência documental de 31 de Março de 1200 (LIRA, 2002: 155), que surge depois de mais de meio século de silêncio das fontes documentais.

²⁹ Cf. CAPELA, *et al.*, 2009: 736-737.

³⁰ Cf. BARROCA, 1990-91: 95-98; —, 2000a: 216-217; —, 2008-09: 208-211.

gostaríamos de chamar a atenção para três exemplos que apresentam, em certos pormenores, opções programáticas similares. Referimo-nos aos castelos de Santa Maria da Feira, de Lanhoso e de Penafiel de Bastuço.

As primeiras estruturas medievais do castelo de Santa Maria da Feira (União das Freg. de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, conc. Santa Maria da Feira) devem ter sido erguidas no século X. Com efeito, o castelo não é referido num diploma de 922, mas já se encontra operacional em 977³¹. A sua construção pode, por isso, ser atribuída aos meados do século X. Como já defendemos em estudo anterior, o castelo do século X correspondia à alcáçova que foi adaptada, no século XV, a residência senhorial pelos Pereiras³². Esta estrutura, hoje conhecida como a “torre de menagem”, era, na realidade, um castelo autónomo, com um pátio aberto, sem cobertura³³. Apresenta uma planta sub-rectangular, com 19,8 x 14 m, definindo uma área útil de c. 126 m². Para reforçar os seus espessos muros foram erguidos quatro torreões – três deles nos ângulos extremos da estrutura e um quarto à esquerda da porta de entrada. Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida e António Nogueira Gonçalves sublinharam, esta porta de entrada era, originalmente, uma porta de arco ultrapassado, com dupla moldura, o que revela contactos com a arquitectura meridional. Com efeito, e malgrado as alterações introduzidas na Época Moderna, que vieram adulterar, de forma irremediável, o perfil desta porta, os cálculos permitem verificar que ela era, originalmente, uma porta próxima do modelo cordovês. Na realidade, o alinhamento das faces laterais das aduelas permite calcular o centro do arco o que, articulado com a linha horizontal das impostas, revela que ele apresentava, originalmente, um ultrapassamento de 36%. Este dado deve ser colocado em paralelo com outros aspectos, nomeadamente o elevado número de aduelas (dezoito) e o facto de os saiméis (as primeiras aduelas, que se apoiam em cima das impostas) serem muito mais elevadas do que as restantes aduelas do arco. A conjugação de todos estes aspectos revela que a porta da alcáçova condal de Santa Maria era, na origem, uma porta moçárabe, de arco ultrapassado e com dupla moldura, de inspiração cordovesa. Ela não devia ser muito distinta da porta moçárabe do Paço Episcopal de Coimbra (implantada junto da entrada do Museu Nacional Machado de Castro). Mas, na estrutura da alcáçova condal de Santa Maria da Feira, ainda há outros testemunhos que importa valorizar. No seu aparelho de construção salientemos a presença de

³¹ *PMH*, DC 120. Antes de 1024 o Conde D. Mendo Luz é referido como governador (*PMH*, DC 296 e 549). Entre 1026 (*PMH*, DC 261) e 1041 (*PMH*, DC 317; LP 127) era seu governador D. Tedon Galindes.

³² BARROCA, 1990-91: 93.

³³ Esta zona do castelo de Santa Maria da Feira só seria encerrada com a reforma dos Condes da Feira, no século XV. Sobre a evolução arquitectónica do castelo de Santa Maria da Feira veja-se GONÇALVES, 1988: 161 e 163; BARROCA, 1990-91: 93; PEREIRA, 1990; BARREIROS, 2001.

silhares almofadados medievais. É o caso de vários silhares de granito róseo – uma pedra muito característica desta fase mais antiga, que denuncia a utilização de uma pedreira distinta da que foi utilizada nas reformas posteriores – que apresentam almofadas em relevo, assimétricas, ocupando apenas parte da superfície da pedra. E, pelo menos num caso, dupla almofada no mesmo silhar. Este tipo de almofadado, bem menos monumental, difere radicalmente do almofadado romano, não podendo ser com ele confundido. E, como está já amplamente demonstrado, o almofadado regressa à arquitectura peninsular desde os tempos de Abd al-Rahman III. A alcáçova de Santa Maria recebeu, no século XIII, uma cisterna subterrânea, siglada, com bocal rasgado no centro da abóbada, o que revela que continuava a ser, nessa altura, um recinto aberto, sem cobertura. Foi só com a reforma do Castelo empreendida pelos Pereiras, Condes da Feira, na segunda metade do século XV, que o recinto da alcáçova se viu dotado de telhado, convertendo-se a partir de então em espaço residencial.

Por seu turno, o castelo de Lanhoso (freg. Póvoa de Lanhoso (N^a. S^a. do Amparo), conc. Póvoa de Lanhoso), designado “Castro Laginoso” nos documentos da época, encontra-se referido desde pelo menos 1059³⁴ e 1086³⁵. Mas a sua existência é seguramente muito anterior³⁶. Com efeito, possuía uma alcáçova militar que foi integralmente reconstruída por iniciativa do Bispo D. Pedro (1071-1091), como se documenta numa conhecida inscrição, gravada num dos silhares junto da porta de entrada do castelo³⁷. Infelizmente essa inscrição limita-se a registar o nome do prelado responsável pelo restauro da Diocese de Braga, não apresentando a data. A reconstrução promovida pelo prelado bracarense respeitou o traçado de uma estrutura anterior, de que sobrevivem vestígios em quase todos os panos de muralha. Isso permite-nos saber que a estrutura militar que estava arruinada em 1071-1091 era, nas suas linhas gerais, coincidente com a que resultou da reforma do Bispo D. Pedro. Esse castelo, do século X ou da primeira metade do século XI, adoptava uma planta sub-quadrangular, com uma área de c. 270 m², e possuía, na sua face voltada ao acesso, três potentes torreões equidistantes, erguidos sobre uma plataforma denteada, que o prelado bracarense manteve e reconstruiu. A sua porta de entrada, voltada a Sul, apresentava-se, desde a primeira fase, enquadrada por dois torreões, numa solução de grande modernidade que só bastante mais tarde se generalizaria entre os castelos portugueses. No interior desta fortificação ergueu-se, outrora, uma estrutura palaciana, de que

³⁴ PMH, DC 420; *Vimaranis Monumenta Historica*, 45.

³⁵ *Liber Fidei* 118.

³⁶ Cf. BARROCA, 1990-91: 111-114.

³⁷ BARROCA, 2000b: 106-109.

sobrevivem cinco pilares rectangulares, erguidos com aparelho de construção pré-românico mas revelando molduras de um grande classicismo. Foi provavelmente nesta estrutura, preservada pela reconstrução do bispo D. Pedro, que se refugiou a condessa D. Teresa quando, em Junho de 1120, escolheu Lanhoso para se proteger de sua irmã, a rainha D. Urraca, que invadira o norte do território portugalense. Por fim, sublinhemos que, à semelhança de Santa Maria da Feira, no *Castro Laginoso* também encontramos silhares com almofadado medieval, uma vez mais descontínuo e assimétrico.

O terceiro exemplo convocado, o Castelo de Penafiel de Bastuço, localiza-se no “Penedo dos Mouros” (freg. de S. Julião de Paços, conc. de Braga) e encontra-se referido na documentação medieval desde 1018³⁸ e 1020³⁹. Ascendeu, posteriormente, a cabeça da *Terra* de Penafiel de Bastuço, unidade territorial documentada desde 1099, e ainda estava activo em 1238. A sua estrutura foi estudada por Luís Fontes e Henrique Regalo, que aqui promoveram escavações arqueológicas⁴⁰. Apesar de não sobreviver nenhum silhar *in situ*, a planta deste castelo é conhecida na íntegra graças aos entalhes abertos nos afloramentos para apoio da primeira fiada de silhares das muralhas⁴¹. E isso permite verificar que, também em Bastuço, a estrutura militar era dotada de três torreões, de implantação angular, numa solução não muito distinta da que vemos em Santa Maria da Feira⁴². Possuía uma única porta de ingresso, voltada a Ocidente, com cerca de 2 m de vão, e as suas muralhas definiam um pequeno pátio, com apenas 80 m² de área. Esta pequena alcáçova possuía um recinto inferior protegido com muralha em talude, uma solução típica das estruturas mais arcaicas.

Os três exemplos aqui convocados revelam-nos como, contrastando com os modestos “castelos rurais”, a arquitectura militar condal se podia revestir de muito maior requinte. No caso destas estruturas, o recurso a torreões de planta quadrangular parece ter sido relativamente usual, numa altura em que os “castelos rurais” ainda os ignoravam. A opção por pátios com plantas sub-quadrangulares ou sub-rectangulares, mesmo não sendo geometricamente perfeitas, é outra das características destas estruturas. Por fim, sublinhemos a opção por uma única porta de entrada, ao contrário das duas portas que, mais tarde, se iriam tornar

³⁸ *Liber Fidei* 68.

³⁹ *Liber Fidei* 67.

⁴⁰ FONTES & REGALO, 1997: 199-220. Sobre o castelo de Penafiel de Bastuço veja-se também CÉSAR, Pe. Mário, 1964: 15-22; e CRUZ, 1967.

⁴¹ Não é caso único. Em Fafe encontramos um exemplo semelhante, de uma estrutura militar desaparecida mas cuja planta integral se conhece pelos entalhes nos afloramentos: o Penedo dos Mouros (Freg. de Quinchães). Este castelo foi revelado e estudado por João Nuno B. A. G. Machado (MACHADO, 2012).

⁴² Ergueram-se nos ângulos noroeste, norte e leste do castelo.

regra com triunfo do castelo românico. Todos estes aspectos, a que devemos associar a tipologia original da porta de Santa Maria da Feira, revelam-nos a presença de arquitectos (ou, como talvez seja mais correcto designar, de mestres pedreiros) com uma preparação superior e que, muito provavelmente, tiveram contacto com formas arquitectónicas meridionais, islâmicas, sempre mais sofisticadas. De resto, não era preciso ir muito longe, nem sequer ingressar em “território inimigo”: bastaria ir até Coimbra, desde 1064 de novo (e definitivamente) na posse das forças cristãs, para encontrar uma alcáçova militar de grande qualidade arquitectónica, com uma planta quadrangular reforçada por vários torreões (neste caso semicirculares), capaz de ombrear com as Alcáçovas de Mérida ou de Zaragoza. O itinerário da Alcáçova de *Qulumrya* é hoje relativamente bem conhecido graças aos estudos de Helena Catarino: de origem omíada, foi erguida no século IX e passou para a posse cristã em 878, com a criação do Condado de Coimbra. Sofreu, mais tarde, uma profunda reforma na primeira metade do Século XI, depois de as investidas de al-Mansur, em 987, terem devolvido o vale do Mondego à posse muçulmana⁴³. Reconquistada definitivamente pelas forças leonesas em 1064, ao cabo do primeiro grande cerco conhecido para a área hoje portuguesa – uma operação de sítio que durou 171 dias – foi, em 1131, escolhida pelo jovem infante para aí fixar a sua principal residência. Para esta decisão de D. Afonso Henriques – de se afastar do Norte senhorial e de se deslocar para junto do espaço de fronteira meridional –, não deve ter deixado de pesar a excelência da arquitectura da alcáçova militar de Coimbra. Mas a alcáçova de Coimbra não estava isolada no centro do território português. Investigações recentes, ainda em curso, de Manuel Real, Catarina Tente e Adriaan de Man, revelam-nos que é provável que também Viseu tenha sido dotada de uma Alcáçova islâmica, de planta sub-quadrangular. Os mestres construtores cristãos não tinham, por isso, necessidade de se internar demasiado em território controlado pelas forças islâmicas para entrarem em contacto com as soluções da arquitectura militar muçulmana.

Quando D. Afonso Henriques assumiu o poder, a arquitectura militar do território portugalense oscilava entre estes três modelos: numerosos “castelos rurais” com soluções arquitectónicas muito modestas e uma eficácia militar cada vez mais reduzida; um grupo de “castelos condaís”, bem menos numerosos, que se revestiam de maior requinte e eficiência; e uma arquitectura militar “herdada”, de origem muçulmana, com uma localização mais meridional e que continuava a ser uma arquitectura requintada, de vanguarda. As primeiras décadas do seu governo, até aos meados da centúria, não parecem ter trazido modificações subs-

⁴³ A Alcáçova de Coimbra foi escavada e estudada por CATARINO, 2005: 195-214. Veja-se também PIMENTEL, 2005: 218-253.

tanciais no panorama da arquitectura militar defensiva. Nem seria de esperar outra situação. Mas, paulatinamente, as novidades foram aparecendo, ajudando a configurar o modelo do “castelo românico”. Essas novidades impuseram-se nos castelos que conseguiram assegurar um papel de coordenação militar das *Terras*, e que, apesar de (como vimos na primeira parte deste estudo) terem encontrado alguma dificuldade em impor a sua hegemonia, tendo de conviver com outras estruturas militares durante várias décadas, acabaram por ser as estruturas que concentraram o esforço renovador dos tenentes. Mas terá sido efectivamente assim? Os dados apresentados na primeira parte, referentes às Terras de Penafiel de Sousa, Benviver e Baião, levantam-nos uma dúvida: foi a imposição do modelo senhorial que levou ao triunfo de uma única estrutura militar em cada território, possibilitando sequentemente a sua reforma arquitectónica? Ou, ao invés, foi a impossibilidade de reformar todas as estruturas militares que levou ao investimento numa única, certamente a mais estratégica, e, assim, ao triunfo do castelo cabeça-de-terra, a única estrutura que sobreviveu, face a outras que, sem conhecerem reformas, acabaram por ficar obsoletas e serem abandonadas? A lentidão que se consegue detectar em todo este processo talvez aponte mais para última situação.

A difusão deste novo modelo de fortificação levou ao abandono das protecções em talude, como ainda vemos em S. Martinho de Mouros ou em Penafiel de Bastuço, e ao triunfo das muralhas isentas, erguidas com silhares (isto é, com pedras aparelhadas e esquadriadas) e coroadas por adarves, onde circulavam as *roldas* ou rondas. Estas muralhas começaram a apresentar, pela primeira vez de uma forma sistemática, parapeitos coroados por ameias, até então ignorados na maioria das estruturas defensivas. Paralelamente, assistimos, nas novas fortificações, ao desdobramento das entradas, que passam a ser duas: à porta principal, que se preserva muitas vezes inalterada, sem torreões, associa-se agora a chamada “Porta da Traição” (“Porta Falsa” na nomenclatura de Duarte de Armas), uma pequena abertura dissimulada, rasgada em zona voltada a acessos íngremes, destinada a contacto de emergência com o exterior, em caso de cerco. Por fim, para responder melhor às operações de sítio, difundem-se as cisternas, reservatórios destinados ao aprovisionamento de água. Estas primeiras cisternas, de que temos exemplos em S. Martinho de Mouros, em Penela, em Ansiães, em Numão ou em Vilar Maior (entre outros), eram estruturas de desenvolvimento vertical, à maneira de “poço”. Aos poucos os castelos foram adoptando soluções que tinham como primordial preocupação resistir a essa nova forma de fazer a guerra que era a “*guerra de cerco*”, a guerra vocacionada para a conquista territorial. E, mesmo que os torreões continuassem a ser escassos, aos poucos os castelos foram-se adaptando ao modelo românico.

Ainda assim, a arquitectura militar portuguesa da primeira metade do século XII foi dominada por uma grande resistência às novidades. E isto acontece mesmo no que respeita a castelos de encomenda régia, onde seria de esperar uma arquitectura mais vanguardista. Tomemos dois exemplos que consideramos paradigmáticos para a analisar o que acabamos de afirmar: os castelos de Castro de Laboreiro e de Germanelo.

O castelo de Castro de Laboreiro (União das Freg. de Castro de Laboreiro e Lamas de Mouro, conc. de Melgaço), que jogava um papel importante na defesa do extremo Nordeste da fronteira do rio Minho, tem uma origem obscura. Com efeito, não se conhece qualquer referência documental segura anterior a 1141⁴⁴. Nesse ano, D. Afonso Henriques deu carta de couto ao Mosteiro de S. Salvador de Paderne em reconhecimento pelo auxílio que a comunidade monástica e a sua abadessa, D. Elvira Sarracins, lhe tinham prestado quando o monarca conquistara o castelo de Castro de Laboreiro: «... et servitium fuit datum quando tomavit dominus rex castellum de Laborario»⁴⁵. Estes acontecimentos ocorreram, portanto, antes de 1141, certamente em momento próximo da outorga do pergaminho régio. Podemos, assim, concluir em que 1141 o castelo de Castro de Laboreiro já existia. E deduzir que ele tinha sido tomado por forças galegas, o que obrigou à organização dessa campanha militar por parte de D. Afonso Henriques. No reinado de D. Sancho I a povoação de Castro de Laboreiro recebeu carta de foral das mãos desse monarca, um documento perdido mas cuja existência está atestada nas Inquirições de 1258⁴⁶. O diploma de D. Sancho I foi confirmado, mais tarde, por D. Afonso III⁴⁷. Sabemos, ainda, que em 1212 o castelo foi de novo conquistado pelas forças leonesas, agora no contexto do conflito que opôs Afonso II a Afonso IX de Leão.

Para o estudo de Castro de Laboreiro contamos com alguns documentos iconográficos de grande importância: as duas vistas de cavalete e a planta que Duarte de Armas desenhou no exemplar de Lisboa do *Livro das Fortalezas*⁴⁸, as duas vistas que se registam no exemplar de Madrid do mesmo *Livro das Fortalezas*⁴⁹ e um

⁴⁴ Um pretenso foral de Castro de Laboreiro, outorgado por D. Afonso Henriques em 1134, cujo original se “perdeu” e foi parcialmente transcrito por Gaspar A. de Lousada, não resiste à crítica interna, revelando evidentes anacronismos. *Vd.* PINTOR, 1965: 151-162.

⁴⁵ *DMP, DR*, 186, de 16 de Abril de 1141.

⁴⁶ *PMH, Inq.*, p. 378.

⁴⁷ O documento de Afonso III encontra-se mencionado no título do Foral Manuelino.

⁴⁸ Cf. Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, INAPA-ANTT, 1997: fl.102vº-103, 103vº-104 e 132vº.

⁴⁹ BNE, Ms. 9241, fl. 58 e 59 (numeração moderna, a lápis).

levantamento cartográfico anónimo datado de 1650, que se conserva no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa⁵⁰.

O castelo de Castro de Laboreiro coroa um destacadíssimo morro rochoso e apresenta um grande recinto muralhado subdividido, internamente, por uma muralha rectilínea. Os dois espaços correspondem à zona militar (o recinto a Norte) e à primitiva povoação de Castro de Laboreiro (o recinto a Sul). Com efeito, era aqui que se erguia a primitiva povoação, que mais tarde se foi transferindo, paulatinamente, para a actual implantação, de cota baixa, bem mais cómoda para a vida quotidiana. Na planta de 1650 é bem perceptível o abandono que já atingia o recinto Sul, onde apenas se cartografaram três construções (contra quinze na área militar). Esta divisão e especialização dos dois recintos – um com vocação militar, outro destinado à primitiva povoação – pode ser, de resto, corroborada em Duarte de Armas. Com efeito, o pintor régio de D. Manuel I desenhou os dois recintos de Castro de Laboreiro nas suas vistas de cavalete, mas no apartado final, com as plantas das estruturas militares, procedeu apenas ao levantamento do recinto Norte, que era aquele que, militarmente, fazia sentido. A zona da “*vyla*”, apesar de amuralhada, não mereceu levantamento de planta. Os desenhos de Duarte de Armas, que podem ser atribuídos a 1510 (uma vez que correspondem à fase final do seu périplo fronteiriço, que se desenrolou entre 1509 e 1510), mostram o castelo com a sua Torre de Menagem, hoje desaparecida. Esta Torre de Menagem, que se erguia isolada, no centro do recinto militar, apoiando-se nos mais destacados afloramentos rochosos, era dotada de *machicoulis*, tal como a sua vizinha e congénere Torre de Menagem do Castelo de Melgaço. As afinidades sugerem que tenham sido realizadas pelo mesmo arquitecto. Mas a Torre de Menagem de Castro de Laboreiro não existia no tempo de D. Afonso Henriques, sendo antes o resultado dos melhoramentos introduzidos no Séc. XIII, talvez no reinado de D. Dinis. Assim, o castelo de Castro de Laboreiro que D. Afonso Henriques conquistou em 1141 apresentava um recinto muralhado amplo, com cerca de 2/3 da sua área ocupada pela vila e 1/3 dedicado à alcáçova militar. O recinto civil tinha uma única porta de entrada, voltada a Leste, dissimulada junto de afloramento, parcialmente talhado e aproveitado para ombreira da porta. A muralha exterior, de contorno irregular, era segmentada internamente por uma muralha recta, onde se rasga uma porta de acesso ao recinto militar. E, neste, havia a Porta da Traição, voltada a Norte, comunicando com o exterior em zona particularmente escarpada. Os dois espaços – o civil e o militar – tinham as suas próprias estruturas para aprovisionamento de água, elemento vital em caso de cerco. Mas, o que gostaríamos de aqui sublinhar, é a total ausência de torreões.

⁵⁰ BNP, D-236v – cf. CARVALHO, 1977: 119.

Com efeito, no tempo de D. Afonso Henriques, os sistemas defensivos de Castro de Laboreiro não só não contavam com Torre de Menagem, acrescentada muito mais tarde, como ignoravam qualquer torreão. Este aspecto é comum a outras estruturas. Como já demonstramos noutros estudos nossos, o Castelo de Guimarães não tinha, no tempo de D. Afonso Henriques, qualquer torreão: os oito, que hoje ali vemos, foram acrescentados na segunda metade do Séc. XIII ou inícios da centúria seguinte, tal como a Torre de Menagem, no quadro das ampliações e reformas de D. Afonso III ou D. Dinis⁵¹.

O segundo exemplo – o Castelo de Germanelo (União das Freg. de S. Miguel, St^a. Eufémia e Rabaçal, Conc. de Penela) – é, quanto a nós, ainda mais significativo. Localizado num dos rebordos da Ladeia, o Castelo de Germanelo é um bom exemplo da arquitectura militar afonsina⁵². A sua construção enquadra-se num processo de reforço da defesa dos acessos meridionais a Coimbra, a cidade que, desde 1131, acolhia de forma mais regular o monarca e a corte régia. O reforço dessas defesas passou por incentivos ao povoamento e à fixação de populações, com a outorga de forais, e pela reforma ou construção de estruturas militares. Na zona da Ladeia, o monarca decidiu erguer o Castelo de Germanelo, tendo associado a ele o embrião de um novo núcleo populacional ao qual deu, em [1142-1144] uma carta de foral⁵³. A conjuntura político-militar era, nessa altura, marcada por frequentes incursões das forças muçulmanas, que conseguiam chegar com regularidade e facilidade aos campos do Mondego. Foi precisamente por essa altura, em 1144, que as forças muçulmanas atacaram o Castelo de Soure, fazendo um elevado número de reféns, entre os quais Martinho Arias, que viria a morrer no cativoiro e que ficaria consagrado como S. Martinho de Soure. A outorga do Foral aos povoadores do Germanelo e a construção deste pequeno castelo enquadra-se, portanto, numa política régia de reforço das defesas de Coimbra. No entanto, poucos anos volvidos, o curso da História retiraria o interesse estratégico desta nova estrutura militar. Com efeito, as conquistas de Santarém e de Lisboa, em 1147, esvaziaram a importância militar do Germanelo. Com a fronteira estacionada no vale do Tejo, o pequeno e recém-criado castelo acabou por ser abandonado. E, assim, ele revela-se um excelente testemunho daquilo que poderíamos designar como a arquitectura militar da coroa portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques. Estamos, com efeito, perante um castelo de iniciativa régia, que foi abandonado sem ter sofrido reformas arquitectónicas posteriores. Escavado pelo Professor Doutor Salvador

⁵¹ Cf. BARROCA, 1996: 17-28; BARROCA & LOURENÇO, 2013.

⁵² Sobre a importância da Ladeia veja-se o clássico estudo de Salvador Dias Arnaut (ARNAUT, 1939); ou o que escrevemos em BARROCA, 2003.

⁵³ *DMP*, DR 190.

Dias Arnaut⁵⁴, o Castelo de Germanelo revela-se uma estrutura surpreendente: um pequeno recinto amuralhado, dotado de uma única porta, sem qualquer torreão, sem Torre de Menagem, com uma pequena cisterna de desenvolvimento vertical, definindo um pequeníssimo pátio com 21,5 x 32 m de dimensões máximas, onde se comprimiam algumas estruturas de habitação, talvez reservadas à sua guarnição. O seu programa construtivo é singularmente modesto se o perspectivarmos como um castelo de iniciativa régia...

Os exemplos analisados ajudam a compreender que, chegados aos meados do Séc. XII, a qualidade da maioria da arquitectura militar cristã, mesmo a de iniciativa régia, era, em Portugal, surpreendentemente modesta. Não queremos, com isto, afirmar que todos os castelos eram modestos. Havia, naturalmente, algumas estruturas excepcionais. Mas a larga maioria deles devia ser, realmente, de muito fraca qualidade. E, no entanto, como referimos no início deste estudo, quando D. Afonso Henriques fechou os seus olhos, em 1185, o panorama arquitectónico do reino era substancialmente diferente. Quem foram, então, os agentes responsáveis pela mudança? E quando é que ela se operou?

Já tivemos oportunidade de sublinhar, em estudos anteriores, a importância do contributo das ordens militares para o devir da castelologia portuguesa⁵⁵. Para a cronologia que aqui nos ocupa – o reinado de D. Afonso Henriques – o principal papel coube, sem dúvida, à Ordem do Templo e a um homem, D. Gualdim Pais. Não é difícil compreender que assim tenha sido. A entrada das ordens militares ocorreu em dois momentos distintos. Em primeiro lugar surgiram as chamadas “ordens internacionais” – Templários e Hospitalários. Os Templários em 1128, com a doação do castelo de Soure⁵⁶. Os Hospitalários, por volta da mesma altura, com a doação de Leça. Mas, enquanto os Templários mantiveram, desde a origem, uma actividade militar, os Hospitalários foram, nas primeiras décadas, uma instituição de vocação essencialmente assistencial. Só na década de 80 do século XII é que procederam à reforma da sua Regra, passando a abarcar igualmente uma dimensão militar. O primeiro evento onde a Ordem do Hospital comprovadamente participa é a conquista de Silves, em 1189. As duas outras ordens, de origem peninsular, aparecem apenas na década de 70 do século XII: a Ordem de Santiago em 1172⁵⁷,

⁵⁴ ARNAUT, 1982: 233-256.

⁵⁵ Cf. BARROCA, 1996-97: 171-209; —, 2000c: 177-211; —, 2001: 213-227 (também editado em inglês: —, 2001b: 159-166); —, 2002a: 535-548; —, 2002b. Finalmente, em colaboração com Paula Pinto Costa: BARROCA & PINTO COSTA, 2009: 679-714.

⁵⁶ DMP, DR 79.

⁵⁷ Doação de Arruda dos Vinhos (DMP, DR 311), de Monsanto (DMP, DR 315) e de Abrantes (DMP, DR 317).

os Cavaleiros da Milícia de Évora (ramo português de Calatrava) em 1175⁵⁸. Compreende-se, portanto, que independentemente do seu protagonismo, a Ordem do Templo foi, ao longo de boa parte do século XII, a única ordem militar verdadeiramente operacional em Portugal. Durante quase todo o seu reinado, D. Afonso Henriques não pode contar com outros contributos. Mas, para além disso, os Templários portugueses beneficiaram, ainda, do governo do seu mais carismático mestre, Gualdim Pais. Não temos dúvida em afirmar a importância-chave deste nobre. Oriundo da zona de Priscos, a Sul de Braga, Gualdim Pais pertencia aos Ramirões, a uma linhagem da média nobreza minhota. O seu percurso levou-o ao Próximo Oriente, onde esteve durante cinco anos, entre [1151-1152] e 1156, participando nas operações militares decorrentes da IIª Cruzada (1147-1149), pregada por S. Bernardo. Infelizmente possuímos poucos dados para a biografia deste nobre e, em particular, para os momentos da sua permanência no Próximo Oriente. Sabemos, por via epigráfica, que esteve no cerco de Escalona e na tomada de Antioquia, em 1153⁵⁹. De regresso ao reino, em 1156, seria conduzido ao lugar cimeiro da Ordem, sendo eleito Mestre. A chegada de Gualdim Pais a Portugal marca um momento de viragem. Um simples exercício de comparação da arquitectura militar do Templários antes de Gualdim Pais (os castelos da primeira metade do século XII, como Soure, Longroiva, Penas Róias ou Mogadouro, considerados nas suas fases primitivas, sem as reformas dos anos 70 do século XII) com a arquitectura militar da segunda metade do século XII (os castelos de Pombal, Tomar, Almourol, etc, todos devidos à acção do Mestre), espelha um enorme contraste. Assim que chega ao reino, em 1156, Gualdim Pais protagoniza a construção do Castelo de Pombal, uma estrutura já com características inovadoras, erguida a meio caminho entre Soure e Santarém. Mas seria a partir de 1160, quando começa a erguer o Castelo de Tomar, que o seu carácter verdadeiramente genial se revela. A obra de Tomar prolongou-se entre 1 de Março de 1160 – data que assinala o início da construção da Torre de Menagem do castelo – e c. 1169-1170. Durante uma década, a Ordem do Templo empenhou-se na construção deste novo castelo que foi, desde o início, concebido para ser a nova sede da Ordem em Portugal. E aqui assistimos ao aparecimento de duas emblemáticas inovações: a torre de menagem e o alambor. Com efeito, o castelo de Tomar foi a primeira estrutura castelar portuguesa a ser

⁵⁸ A sua fundação ocorreu em 1175, tendo sido confiada a D. Gonçalo Viegas de Lanhoso. Em 1176 receberam a doação de Coruche (*DMP, DR 327*) e, em 1211, a doação de Avis, para onde se transferiram em 1214.

⁵⁹ Cf. nos revelam as longas inscrições de Pombal e de Almourol – cf. BARROCA, 2002b: 348-367. Os dados biográficos que coligimos para Gualdim Pais encontram-se apenas ao comentário à sua inscrição funerária (BARROCA, 2002b: 522-527, Insc. N° 203). Estamos a preparar um pequeno estudo monográfico sobre este carismático Mestre do Templo.

dotada de torre de menagem. A inovação foi considerada tão significativa que mereceu uma inscrição onde se registou o dia, mês e ano do início da empreitada, assim como o nome do seu promotor⁶⁰. A torre de menagem de Tomar é, portanto, a mais antiga torre de menagem que se conhece em Portugal. Curiosamente, ao arripio da planta quadrangular (que viria a ser largamente predominante em Portugal), a torre de Tomar adopta uma planta rectangular. A partir de Tomar, a torre de menagem disseminou-se pelos castelos templários: Pombal (1171), Almourol (1171), Penas Róias (1172), Longroiva (1174), Soure, Monsanto, Cardiga ... E, a partir dos castelos templários, contaminaria a restante arquitectura militar portuguesa, a ponto de se ter imposto como um elemento “natural” e “imprescindível” dos castelos portugueses.

A segunda novidade introduzida no panorama militar português foi o aparecimento do alambor, uma estrutura rampeada, erguida no exterior de torres ou muralhas, com várias implicações e vantagens: reforçando a base da estrutura e dificultando os trabalhos de sapa ou de mina; eliminando ângulos mortos junto da base dos muros; e impedindo a aproximação e a utilização de engenhos (nomeadamente as torres de assalto). O alambor foi utilizado, de forma tímida, na zona do acesso original do Castelo de Pombal. Mas seria em Tomar que ele seria aplicado com maior originalidade e arrojo: de uma utilização circunscrita em Pombal passamos para uma utilização alargada em Tomar, onde toda a estrutura amuralhada do castelo foi dotada de alambor. Com efeito, toda a face exterior da muralha de Tomar foi dotada de alambor. Observada do exterior, a muralha de Tomar apresenta um perfil bem distinto das suas congéneres portuguesas, com uma estrutura rampeada, arqueada, que se ergue desde a base até uma cota muito elevada. É a partir dela que emerge a muralha vertical, que já não tem necessidade de se elevar muito e que, por isso, é em Tomar relativamente tímida. O alambor de Tomar estende-se por todo o perímetro do castelo, sendo apenas interrompido na zona das portas (na Porta do Sol e na Porta do Sangue). Esta solução, até então desconhecida na Península Ibérica, era relativamente comum nos castelos dos Cruzados, no Próximo Oriente, que Gualdim Pais tivera oportunidade de conhecer durante a sua estadia, quando percorreu o espaço compreendido entre Escalona (Ashkelon, a Sul, em Israel, junto da Faixa de Gaza) e Antioquia (hoje Antakya, a Norte, na Turquia). Com efeito, o alambor detecta-se em vários castelos dos Cruzados, como Alepo, Saone, Margat, Crac des Chevaliers, Beaufort, Belvoir, Kerak de Moab, etc. O alambor foi aplicado em Tomar numa dimensão, e extensão, que não mais viria a ser utilizada entre nós, o que ajuda a sublinhar o carácter verdadeiramente excepcional desta estrutura fortificada que, não temos dúvida em afirmar, se tornou

⁶⁰ Cf. BARROCA, 2002b: 271-276.

no mais importante castelo português do seu tempo. O contraste entre Tomar e as restantes estruturas castelares portuguesas da sua época, mesmo as protagonizadas por D. Afonso Henriques, é insofismável... E, tal como aconteceu com a torre de menagem, que depois se tornou uma estrutura seminal na arquitectura militar portuguesa, também o alambor acabaria por se difundir por outras estruturas, embora em número mais modesto: encontramos-lo em algumas obras ligadas aos Templários, como em Soure (nas obras da década de 70) e em Pombal (na Torre de Menagem, acrescentada em 1171), e depois noutras estruturas (castelos da Lousã, de Montalvão, de Juromenha, de Torres Novas, de S. Jorge...).

A terceira e última inovação templária seria o hurdício: uma galeria em madeira, construída no coroamento de torres ou muralhas, verdadeiro antepassado dos balcões corridos (*machicoulis*) e dos nossos balcões com matacães. O hurdício permitia a prática de tiro vertical sobre a base exterior dos muros, contribuindo, assim, também para a eliminação de ângulos mortos. O primeiro exemplo conhecido em Portugal encontra-se na torre de menagem de Longroiva, datada por inscrição de 1174.

As três inovações que acabamos de referir – torre de menagem, alambor e hurdício – espelham a excelência da arquitectura militar dos Templários portugueses, em boa medida devida à actuação do seu mais emblemático e influente mestre, Gualdim Pais, que esteve à frente dos destinos da ordem ao longo de quase quarenta anos (1156-1195). A sua passagem pelo Próximo Oriente, nos seus tempos de juventude, afigurou-se fundamental para o desenvolvimento da sua “cultura arquitectónica” e para o devir da arquitectura militar portuguesa. Por isso, quando a 6 de Dezembro de 1185, D. Afonso Henriques morreu, o perfil das fortificações portuguesas tinha-se alterado de forma substancial. Entre os velhos castelos dos inícios do seu reinado (como Penafiel de Canas ou de Sousa) e os modernos castelos das ordens militares no Centro e Sul do reino (como Tomar), o contraste não podia ser maior. Talvez menos por influência directa do nosso primeiro monarca, e mais pelas influências recebidas de outras paragens, o certo é que os castelos portugueses eram totalmente diferentes.

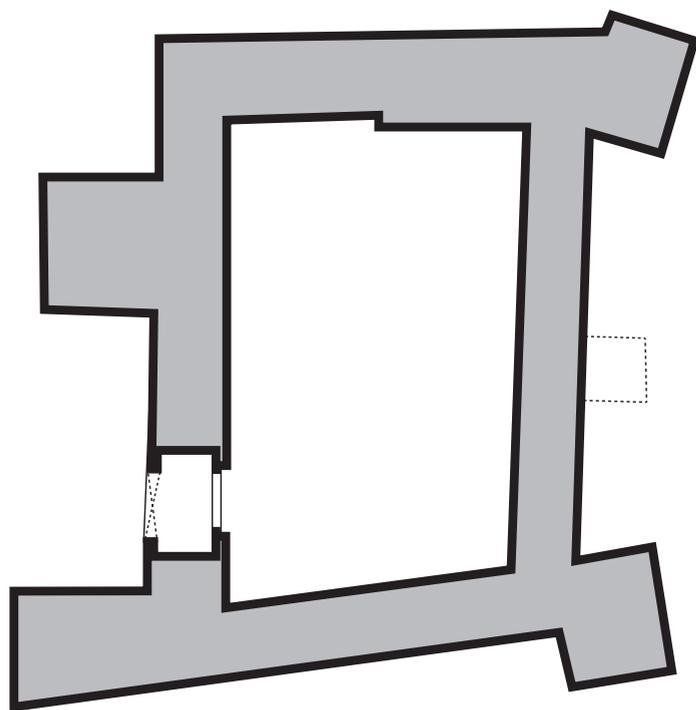


Fig. 1.
Planta da Alcáçova de
Santa Maria da Feira
(seg. M. J. Barroca).

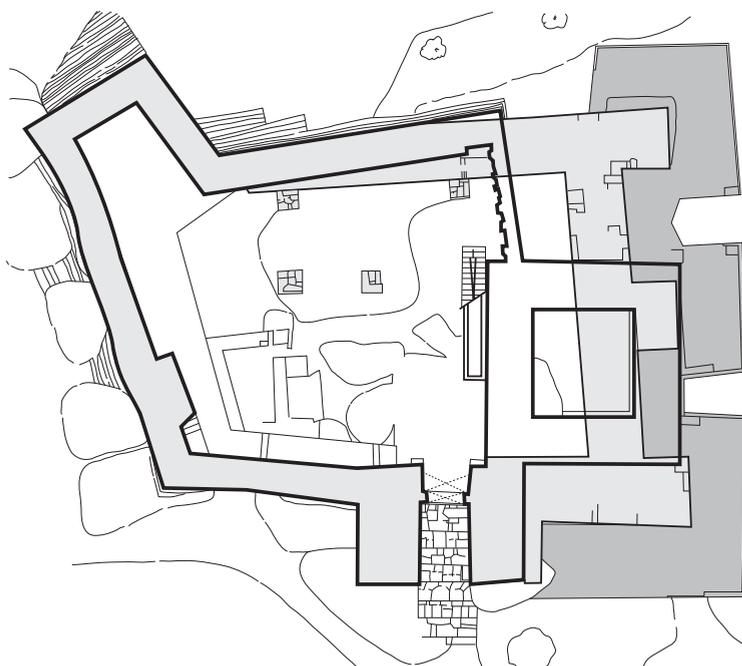


Fig. 2.
Planta do
Castelo de Lanhoso
– Fases Pré-Românica
e do Bispo D. Pedro
(seg. M. J. Barroca).



Fig. 3.
Planta do
Castelo de Penafiel de Bastuço
(seg. L. Fontes e H. Regalo, adaptado).

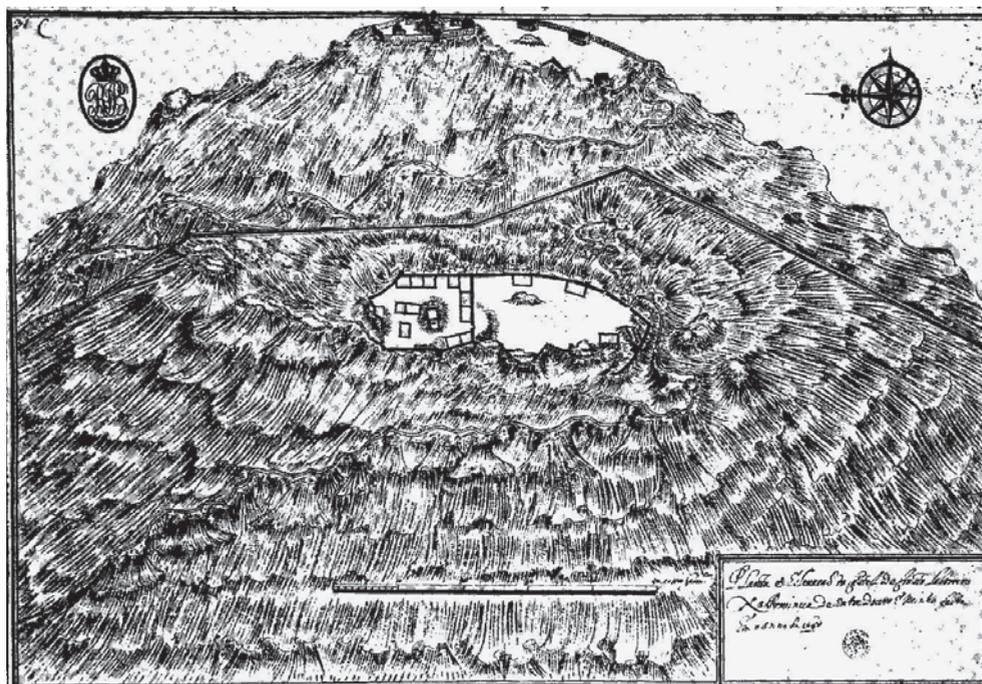


Fig. 4.
Planta do Castelo de
Castro de Laboreiro
(Planta de 1650 – BNL, D. 236 V.).

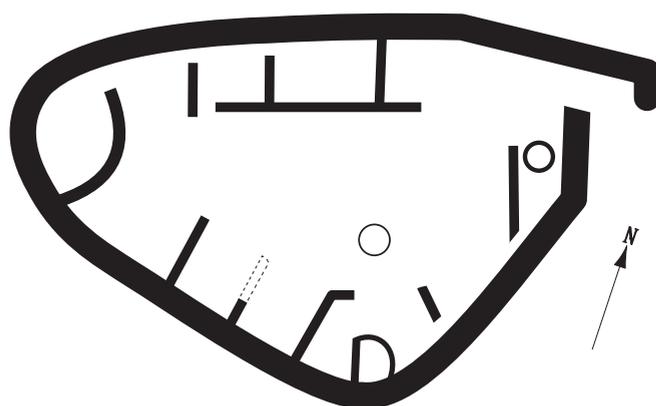


Fig. 5.
Planta do Castelo de Germanelo
(seg. Salvador Dias Arnaut,
adaptado).

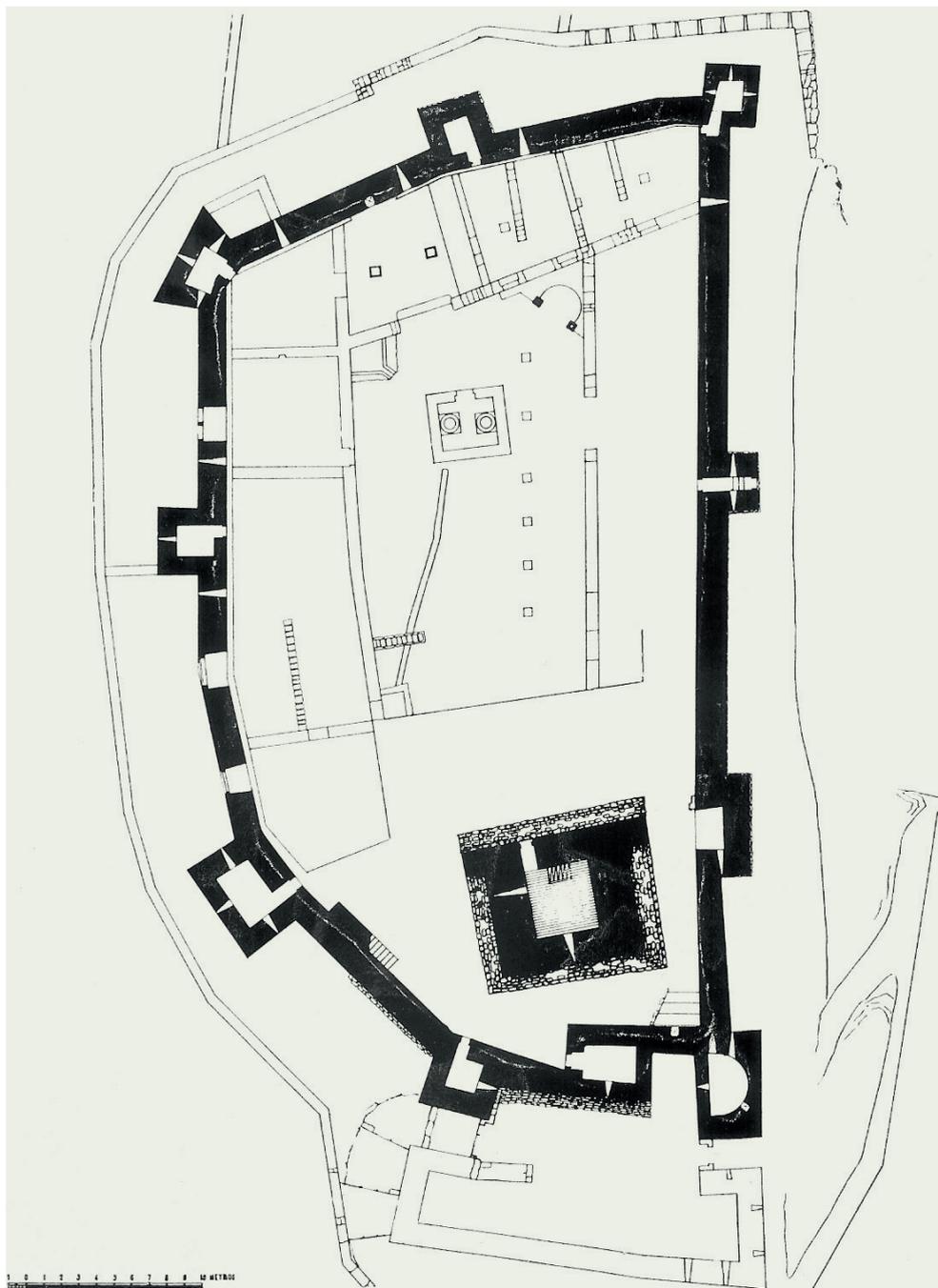


Fig. 6.
Planta do Castelo de Pombal
(seg. DGMEN).

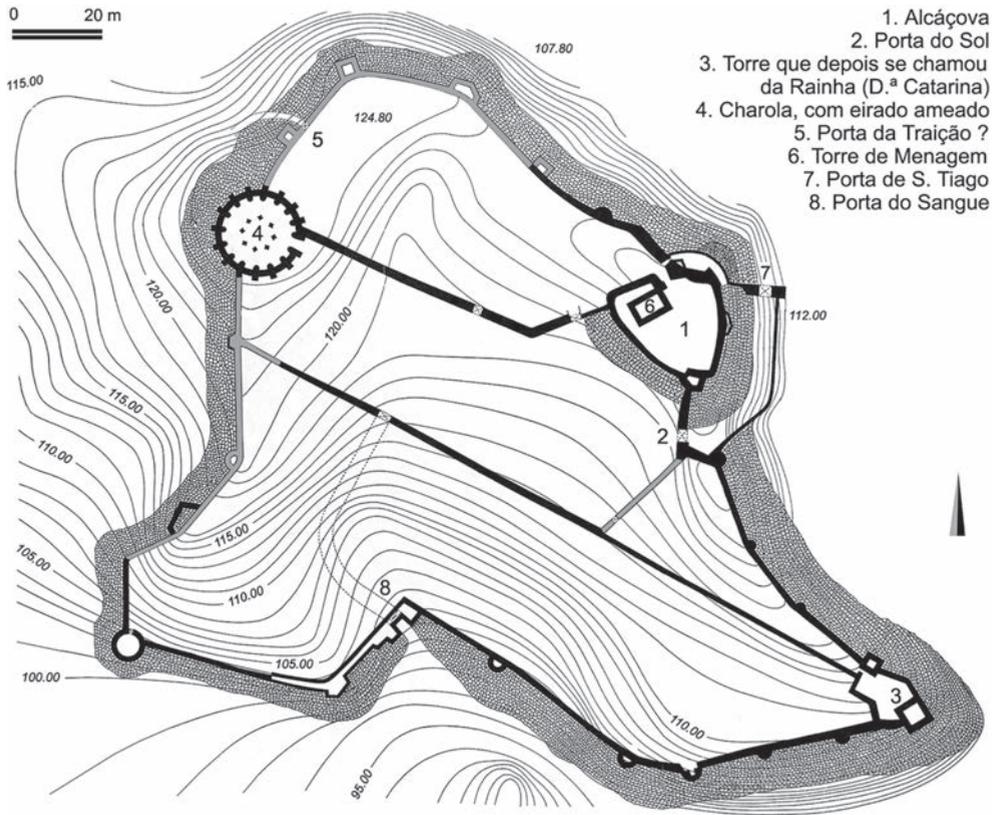


Fig. 7.
Planta do Castelo de Tomar
(seg. M. J. Barroca,
des. de José Luís Madeira).

FONTES DOCUMENTAIS

- ARMAS, Duarte de – *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, INAPA-ANTT, 1997.
- BNE, Ms. 9241, fl. 58 e 59.
- Crónicas Asturianas*, ed. Juan Gil Fernandez, José L. Moralejo e Juan I. Ruiz de la Peña, Oviedo, 1985, P. 206.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. Vol. IV. Ed. por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Ed. por Rui de Azevedo. Vol. I, tomos I e II. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958-1961.
- Liber fidei sanctae bracarensis ecclesiae*. Ed. crítica pelo P.e Avelino de Jesus da Costa. 3 tomos. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965-1978-1990.
- Livro das Leis e Posturas*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.
- Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra*. Edição Leontina Ventura e Ana Santiago Faria. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra; INIC, 1990.
- Portugaliae Monumenta Historica, Diploma et Chartae*. Ed. Alexandre Herculano, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1868.
- Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977.
- Portugaliae Monumenta Historica, ILeges et Consuetudines*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856.
- Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856-1861.
- Vimaranis monumenta historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*. Ed. organizada por João Gomes de Oliveira Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1931.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de & LOPES, Francisco Gaspar de Almeida (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, diss. complementar de Doutoramento. Porto, Ed. Policopiada.
- (1981-82) – *Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel*. «Portvgalia», Nova Série, vol. II/III. Porto, p. 131-139.
- ARNAUT, Salvador Dias (1939) – *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*. Coimbra.
- (1982) – *O Castelo de Germanelo*, Anais, 2.^a Série, vol. 28. Lisboa: Academia Portuguesa de História, p. 233-256.
- AZEVEDO, Pedro de (1898) – *O Território de Anegia*. «O Archeólogo Português», 1.^a Série, vol. 4. Lisboa, p. 208-215.
- BARREIROS, Maria Helena (2001) – *O Castelo de Santa Maria da Feira (Séculos X a XX)*. Feira, Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.
- BARROCA, Mário Jorge (1990-1991) – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*. «Portvgalia», Nova Série, Vol. XI-XII. Porto, p. 89-136.
- (1996) – *O Castelo de Guimarães*. «Patrimonia – Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural», n.º 1. Cascais, p. 17-28.

- (1996-97) – *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII*. «Portvgalia», Nova Série, Vol. XVII-XVIII. Porto, p. 171-209.
- (2000a) – *Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior, Beira Interior – História e Património*. Actas. Guarda, p. 216-217.
- (2000b) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1. Lisboa: FCG-FCT, Insc. N.º 32, p. 106-109.
- (2000c) – *A Ordem do Hospital e a Arquitectura Militar Portuguesa (Séc. XII a XIV)*, in BARROCA, Mário Barroca; CUELLO, António Malpica; REAL, Manuel (coords.) – *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*. Porto: ADECAP, p. 177-211.
- (2001a) – *Os Castelos dos Templários em Portugal e a organização da defesa do reino no Séc. XII*. «Acta Mediaevalia», vol. 22, tomo 2. Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 213-227.
- (2001b) – *The Castles of the Templars in Portugal and the organisation of the Defence of the Kingdom during the 12th century*. «Historia Antiqua. Journal of the International Research Centre for Archaeology», vol. 7. Pula: International Centre of Croatian Universities in Istria, p. 159-166.
- (2002a) – *Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Séc. XII a XIV)*. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela-Edições Colibri, p. 535-548.
- (2002b) – *Castelos da Ordem de Santiago. Catálogo da exposição*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.
- (2003) – *Da reconquista a D. Dinis*, in MATTOSO, José, coord. – *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, p. 69-77.
- (2004) – *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XII)*. «Portvgalia», Nova Série, vol. XXV, Porto, p. 181-203.
- (2008-09) – *De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira*. «Portvgalia», Nova Série, vol. XXIX-XXX, Porto, p. 208-211.
- BARROCA, Mário Jorge & LOURENÇO, Paulo B. (2013) – *O Castelo de Guimarães*. Braga: Universidade do Minho.
- BARROCA, Mário & PINTO COSTA, Paula (2009) – *A doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e Contextualização do documento de 1194*. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – *As Ordens Militares e As Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. V Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 679-714.
- CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério (2009) – *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga, p. 736-737.
- CARVALHO, Ayres de (1977) – *Catálogo da Coleção de Desenhos da Biblioteca Nacional*. Lisboa, n.º 708, p. 119.
- CATARINO, Helena (2005) – *Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra*. In BARROCA, Mário Jorge Barroca & FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, coord. – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Séc. VIII a XIII)*. Palmela-Porto, p. 195-214.
- CÊSAR, Pe. Mário César (1964) – *O Castelo da Pena (Bastuço). História e Lenda*. «O Distrito de Braga», vol. II, fasc. 3-4. Braga, p. 15-22.
- CRUZ, Manuel Braga (1967) – *O Castelo de Penafiel de Bastuço. A Freguesia de Vilaça (Apontamentos)*, sep. de Bracara Augusta, Braga.

- ESTEPA DIEZ, Carlos (1978) – *La vida urbana en el Norte de la Península Ibérica en los Siglos VIII y IX. El significado de los términos «ciuitates» y «castra»*. «Hispania», n.º 139, Madrid, p. 257-273.
- FONTES, Luís Fernando de Oliveira & REGALO, Henrique Jorge Lemos de Araújo (1997) – *O «Castelo» de Penafiel de Bastuço, Paços S. Julião, Braga. Elementos para o seu estudo*. «Arqueologia Medieval», vol. 5, p. 199-220.
- GONÇALVES, António Nogueira (1978) – *Vila da Feira – Castelo – Convento – Misericórdia*. Coimbra: EPARTUR.
- GRASSOTTI, Hilda (1969) – *Las Instituciones Feudo-Vasalláticas en León y Castilla*, tomo 1. Spoleto.
- LIMA, António Manuel Carvalho (1993) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro*, diss. de Mestrado. Porto, ed. Policopiada.
- (1999) – *O território Anegia e a organização administrativa e militar do curso terminal do Douro (Séculos IX-XII)*. «Carlos Alberto Ferreira de Almeida In Memoriam», vol. I, Porto: FLUP, p. 399-413.
- LIRA, Sérgio (2002) – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*. II. Coleção Documental, Vila do Conde, p. 155.
- LOPEZ ALSINA, Fernando (1988) – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Média*. Santiago de Compostela, p. 220-227.
- MACHADO, João Nuno B. A. G. (2012) – *A Terra de Monte Longo na Idade Média: Das origens a 1438*, diss. de Mestrado, Porto, Ed. Policopiada.
- MARQUES, André Evangelista Oliveira (2008) – *O Casal. Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Noia: Editorial Toxosoutos, (Série «Trivium», vol. 26), p. 148-151.
- MATTOSO, José (1987) – *A difusão da mentalidade vassálica na linguagem quotidiana*. In MATTOSO, José – *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Ed. Estampa, p. 154.
- (1989) – *O Léxico Feudal*, separata de *En torno al Feudalismo Hispanico. I Congreso de Estudios Medievales*, Ávila, 1989, p. 298 (reed. In *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2009, p. 109-125.
- (1995) – *Identificação de um País*, vol. II. Lisboa: 5.ª ed., revista e actualizada, Ed. Estampa, p. 139-141.
- MOLINA, Luis (1983) – *Una descripción anónima de Al-Andalus*, tomo II. Madrid: CSIC/Instituto Miguel Asín, p. 196-205.
- PEREIRA, Mário Pereira (1990) – *Santa Maria da Feira. O Castelo*. Lisboa: IPPAR.
- PIMENTEL, António Filipe (2005) – *A Morada da Sabedoria. I. O Paço Real de Coimbra: Das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra, Almedina, p. 218-253.
- PINTOR, Pe. M. A. Bernardo (1965) – *Castro de Laboreiro e seus forais*. In *Actas do Congresso Histórico do Portugal Medieval*, tomo III, Bracara Augusta, vol. XVIII-XIX, Braga, p. 151-162.
- SANCHEZ ALBORNOZ, Claudio (1976) – *Commissa, Comitatus, Mandationes*. In SANCHEZ ALBORNOZ, Claudio – «*Homines Mandationis y Iuniores*», *Viejos y Nuevos Estudios sobre las Instituciones Medievales Españolas*, tomo 1. Madrid, p. 443-474.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2005) – *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)*. «Cadernos do Museu de Penafiel», vol. 10, Penafiel, p. 12-25.
- VENTURA, Leontina (1992) – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, diss. de Doutoramento, vol. 2, Coimbra, Ed. Policopiada, p. 997 e ss..